

A CRISE ECONÓMICA NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO: ALGUMAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DINAMIZAÇÃO NO SETOR TURÍSTICO

Helena PINA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

mpina@letras.up.pt

Resumo

Espaço emblemático, a Região Demarcada do Douro (RDD) é não só um cenário privilegiado onde se produzem vinhos excelentes, designadamente o Vinho do Porto, mas também um conjunto paisagístico que reflete um valioso historial. Ao longo dos seus 250000 hectares de extensão, multiplicam-se os socalcos repletos de vinhedos, realçando-se uma paisagem classificada, em 2001, como Património Mundial da Humanidade. Estamos, de facto, perante um cenário cativante, mas também um património arquitetónico, sócio-cultural, gastronómico e enológico soberbos que, no entanto, urge dinamizar. Todavia, os obstáculos ao seu desenvolvimento multiplicam-se, tendo sido ainda agravados durante a crise iniciada em 2008. Assim se destacam problemas não só de âmbito demográfico, mas também os de cariz económico, particularmente os associados à vinha e ao turismo.

Como dominam na região as pequenas explorações de estrutura familiar, sobretudo no “Baixo Corgo”, a subregião mais ocidental, tendo por base um amplo trabalho de campo que incluiu a realização de inquéritos e entrevistas aos principais intervenientes na definição de estratégias e dinâmicas territoriais durienses como os agentes políticos e técnicos setoriais, ou os responsáveis pelas explorações vitícolas e turísticas, e, obviamente, os residentes, os principais preservadores deste património distinguido pela UNESCO, conseguimos caracterizar sinteticamente o cenário regional, realçando a vertente turística em espaço rural e os seus problemas, sobretudo na sequência da crise que se instalou. Numa conjuntura em que cada vez mais se realça o turismo como despoletador/revitalizador do desenvolvimento regional, que estratégias foram adotadas no sentido de assegurar a preservação e a competitividade duriense e num quadro sustentável? Recorrendo a casos paradigmáticos, fica patente que, de facto, a região tem potencialidades múltiplas que lhe permitem subsistir e dinamizar-se, inclusivamente em períodos de crise económica.

Palavras chave: desenvolvimento rural, património paisagístico, turismo, sustentabilidade

Abstract

An emblematic area, the Douro Demarcated Region (DDR) not only offers a privileged setting where excellent wines are produced, namely Port wine, but also a landscape that reflects its historical wealth. Throughout its 250000 hectares of land, terraces are laden with vineyards, framing a landscape classified in 2001 as a World Heritage Site. It is indeed a captivating scenario, home to superb architectural, socio-cultural, gastronomic and oenological heritage that, nevertheless, needs to be protected and bolstered. However, the obstacles to its development have multiplied and have been further aggravated during the crisis which began in 2008. The problems the region faces are not only demographic but also economic, particularly those associated with winegrowing and tourism.

Small family-based farms dominate the region, especially in the “Baixo Corgo”, the westernmost sub-region. This article characterises this regional scenario, emphasising the rural landscape and its problems, especially in the aftermath of the crisis. The study is based on extensive fieldwork that included surveys and interviews with key stakeholders in the definition of territorial strategies and dynamics in the Douro, such as sectoral political and technical agents, as well as vineyard and tourism managers and, of course, the residents, the main custodians of this heritage distinguished by UNESCO. In a context in which tourism is increasingly emphasised as a catalyst for revitalising regional development, what strategies have been adopted to ensure the conservation and competitiveness of the region, ensuring furthermore its sustainability? Using paradigmatic cases, it is clear that, in fact, the region has multiple potentialities that allow it to subsist and flourish, even in times of economic crisis.

Key words: rural development, landscape heritage, tourism, sustainability

1- Algumas notas de enquadramento

Apesar de Portugal abranger apenas cerca de 92000 Km², ostenta uma inegável diversidade paisagística, económica e social, que muito valoriza o país. Na realidade, exemplificando com um indicador genérico, a densidade demográfica, facilmente se constata que a uma região Norte fortemente povoada, onde as densidades populacionais ultrapassam com facilidade os 250 hab/Km², contrapõe-se uma região alentejana com valores densitários inferiores a 30 hab/Km². Não obstante, e independentemente dos indicadores em análise (paisagísticos, económicos, sociais, culturais, ou outros), há que realçar a forte litoralização das atividades económicas e da população, mas num quadro complexo e diversificado. Neste artigo, privilegia-se a Região Demarcada do Douro (RDD). Espaço paradigmático, de renome mundial, situado na bacia hidrográfica do Douro, em solo do complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, aqui se produzem vinhos de excelente qualidade, com destaque inegável do Vinho do Porto.

Região periférica, apesar das suas potencialidades (paisagísticas, económicas, culturais e enológicas), sobressaem também alguns problemas de âmbito social e económico, como o progressivo declínio demográfico, associado a um nítido envelhecimento populacional, para além da degradação do quadro económico e institucional e até paisagístico da região.



Fonte: Plano Interm. de Orden. Territ. do Alto Douro Vinhateiro, UTAD
Figura 1- A Região Demarcada do Douro e a localização dos casos de estudo.

Interessa, porém, neste artigo, aprofundar o setor turístico da Região Demarcada do Douro. Ocupando cerca de 250000 hectares, dos quais apenas 40000 ocupados pela vinha contínua (IVDP, 2016), a RDD tem início em Mesão Frio, seu extremo oeste, a cerca de 100 Km de distância da cidade do Porto, prolongando-se até à fronteira com Espanha. Espraia-se pelos vales do rio Douro e principais afluentes, muito encaixados, onde se sucedem os socalcos vitícolas ocupados por castas específicas regionais.

Espaço com um longo historial, não é, contudo, homogéneo. Na realidade, embora seja a vinha e o vinho que possibilitam a sua individualidade e que sustentam este património, a diversidade paisagística impõe-se, mas num contexto que aumenta as suas potencialidades, surgindo três subregiões: Baixo Corgo, Cima Corgo e Douro Superior (Fig. 1). Assim, no Baixo Corgo, a subregião mais ocidental, onde o clima de cariz mediterrâneo, comum a todo o espaço regional, apresenta maior grau de humidade e temperaturas médias anuais menos elevadas, produzem-se os vinhos menos encorpados, os mais valorizados nos anos mais secos (Foto 1). Subregião com maior historial e transformação antrópica, aqui se situam os principais núcleos urbanos durienses e a maioria dos vinhedos tradicionais, de pequena dimensão e estrutura familiar.



Foto 1- A importância da vinha tradicional no Baixo Corgo, com o domínio da pequena propriedade familiar e a permanência de uma nítida biodiversidade visível na paisagem.
(Foto da autora. Junho 2016)

Prosseguindo para leste, segue-se o Cima Corgo (Foto 2), subregião onde se inscrevem as principais quintas que fazem parte do património fundiário das firmas exportadoras. Aqui se localizam as quintas mais extensas e afamadas, apoiadas num quadro laboral com elevada formação técnica, que

desenvolvem vinhedos recentes e mecanizados, conducentes à produção dos mais destacados vinhos do Porto e outros.



Foto 2- O Cima Corgo com as suas grandes quintas empresariais, onde se apostou na renovação da vinha e na mecanização, dada a existência de forte capital humano, financeiro e técnico. (Foto da autora, março 2016)



Foto 3 - O Douro Superior, em Barca de Alva, onde a oliveira e a amendoeira dominam.
(Foto da autora, junho 2016)

Continuando para leste, rumo à fronteira com Espanha, surge a subregião mais oriental, o Douro Superior (Foto 3), onde o historial vitícola é mais recente e onde, dados os acentuados problemas hídricos, é a oliveira e a amendoeira que dominam na paisagem. No entanto, é nesta subregião que a expansão da vinha mecanizada mais se dilatou desde a década de setenta do século passado.

Resta acrescentar que, em qualquer das subregiões, o grau de humidade aumenta quando se ascende em altitude, enquanto a temperatura diminui, o que justifica as diferentes tipologias de vinhos existentes, quer entre os Vinhos do Porto, quer entre os não licorosos, independentemente de serem DOC, VQPRD, ou outros vinhos regionais (Pina, 2007).

Apesar deste potencial paisagístico, na região sucedem-se os problemas que incluem os económicos associados ao deficiente escoamento dos vinhos e à débil estrutura fundiária, mas também os sociais como o declínio demográfico e o envelhecimento dos residentes. Acrescem as precárias acessibilidades internas, a incipiente manutenção do património arquitetónico, ou o progressivo esmorecer dos festejos tradicionais e do artesanato. Assim se coloca em causa a preservação e a revitalização do património duriense, quadro que ainda se agravou durante o período de crise que se instalou em 2008.

Para tentar mitigar estes problemas, desde os anos oitenta do século passado apostou-se na renovação / reestruturação dos vinhedos, apesar de, com frequência, se recorrer a tipologias de plantação da vinha distintas da tradicional (“vinha ao alto” e “vinha em patamares”), transformando a paisagem, mas mecanizando os trabalhos, o que reduziu a carência de mão de obra. Porém, a crise criou interferências, desincentivando a expansão vitícola.

Para esta reestruturação e expansão vitícola têm existido diversos mecanismos de apoio financeiro decorrentes das instituições europeias, transcritos nos sucessivos planos estratégicos nacionais. Assim aconteceu com o “Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013” (PRODER), ou com o “Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020” (PDR), muito importantes em setores estratégicos como é a vinha e o vinho, ou o olival e o amendoal, mas também o turismo, “Estratégia para o Turismo 2027”. Assim se tenta preservar a qualidade dos produtos, num quadro multifuncional que tem por objetivo dinamizar os espaços rurais e assegurar a sua sustentabilidade. Neste contexto, o turismo é de facto uma aposta, e, no espaço duriense, sobretudo após a classificação destas paisagens pela UNESCO, em Dezembro de 2001, como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade”, multiplicaram-se os candidatos com projetos turísticos que concorrem aos diversos programas associados a fundos comunitários.

Por outro lado, o Vale do Douro é um dos destinos turísticos envolvidos na criação de uma rede mundial de turismo que perspetiva a “excelência”, rede esta reconhecida pela Organização Mundial de Turismo. Na sequência de um aprofundado diagnóstico, abrangente das múltiplas componentes do território (ambientais, económicas, sociais e culturais), quadro necessário para a avaliação feita pelo *Centro Mundial de Excelência dos Destinos*, a região duriense, num total de 14 parâmetros, obteve sete “excelentes” (segurança, saúde e bem-estar, alimentação e bebidas, acessibilidades extraregionais, ambiente e paisagem, vinhas, cultura e património), dois de nível “elevado” (arqueologia e acolhimento), enquanto no alojamento e nos serviços o grau

atingido foi “médio” (Bédard, 2008). Estávamos no início do século XXI. Havia, pois, que corrigir os parâmetros mais deficitários, aliás, agravados com a crise que se instalou. Para tal desiderato, neste estudo basear-nos-emos na informação obtida quer através de inquéritos e entrevistas aos principais agentes políticos e setoriais, mas sobretudo aos responsáveis de diversas unidades turísticas regionais, independentemente de elas corresponderem a ofertas disponibilizadas pelas quintas locais, ou a pequenas unidades hoteleiras inseridas na paisagem vitícola. Este amplo trabalho de campo decorreu de uma prévia pesquisa documental, abrangente em termos temáticos. Não obstante, neste artigo privilegiou-se a análise do setor turístico regional, caracterizando-o em termos logísticos, económicos e sociais, enquanto se percecionava também os problemas mais incisivos com que se debateram, sobretudo no período de crise. Questionámos também as estratégias utilizadas para a superação da crise e a dinamização da economia na sua globalidade, num quadro sustentável e responsável, que subentende a manutenção das especificidades territoriais, independentemente de serem paisagísticas, ambientais, económicas, sociais ou culturais.

Assim se tentou subsistir a uma crise global, recorrendo a distintas estratégias, mas apostando na qualidade distintiva, num contexto difícil, abarcando nestas dinâmicas as entidades públicas e privadas, para além da população autóctone, os efetivos depositários do património regional e, neste caso, as quintas e outras entidades associadas ao setor turístico implantado no meio rural duriense.

2- A Região Demarcada do Douro, um quadro apelativo mas carenciado

A Região Demarcada do Douro é, na verdade, um espaço paradigmático, repleto de paisagens inesquecíveis, onde o socalco impera, pois esta era a única técnica conhecida para vencer o forte declive das vertentes que envolvem o rio Douro. Aqui incidiu a primeira delimitação e regulamentação do espaço autorizado a produzir o Vinho do Porto, ainda em 1756, proporcionando uma forte intervenção numa paisagem agreste, em que se substituiu a floresta que emoldurava as águas do Rio Douro, por uma paisagem onde a vinha é soberana.

Para dilatar este quadro apelativo, é nítida uma diversidade paisagística interna, reflexo do diferente grau de incidência e das características morfológicas dos vinhedos, distintas de acordo com o período em análise. Efetivamente, se o recurso ao socalco constituiu a única técnica utilizada para a armação dos vinhedos no espaço duriense durante séculos, a partir do final dos anos setenta do século XX, com as novas tecnologias e os imperativos económicos, os tradicionais socalcos, com muros em pedra solta, foram sendo substituídos pela “vinha ao alto” ou pela “vinha em patamares”, transformando-se o cenário, já que enquanto no Baixo Corgo persiste uma percentagem significativa da vinha tradicional, no Cima Corgo e no Douro Superior as novas morfologias dominam na paisagem.

Para ampliar esta atratividade, embora a vinha seja o sustentáculo económico da região, são indiscutíveis já outras potencialidades como é o caso do olival e do amendoal, mas também do vasto património cultural e construído, multiplicando-se os edifícios senhoriais dos séculos XVII a XIX, inseridos

nas quintas e envoltos por vinhedos, mas não em exclusivo, já que também em alguns núcleos habitacionais sobressai um notável quadro arquitetónico dos referidos séculos.

Nos núcleos urbanos, por seu lado, o património edificado é também inquestionável, a que ainda se reúnem as áreas classificadas e as protegidas. Assim, na margem direita do rio Douro pontuam núcleos como Vila Real, sede distrital que se desenvolveu no cruzamento das principais acessibilidades regionais e potenciando a implantação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro neste núcleo urbano. Neste contexto, multiplicam-se os exemplares religiosos (igrejas, capelas) de diversas épocas, para além do Palácio de Mateus, expoente máximo da arquitetura barroca no norte de Portugal. Aproximando-nos do rio Douro, mas permanecendo na sua margem direita, ainda no Baixo Corgo, surge a cidade do Peso da Régua, designada a “Capital do Vinho do Porto”. Já no Douro Superior, encontramos Torre de Moncorvo e o Vale da Vilariga, ou, mesmo, Freixo de Espada à Cinta, vila manuelina implantada no espaço raiano.

Na margem esquerda do rio Douro, por seu lado, deparamos com Lamego, cidade episcopal, detentora de um longo historial e de um património notável, abrangente de diferentes períodos. Caminhando para Leste, sobressaem Tabuaço e S. João da Pesqueira, com os seus solares e a sua riqueza cultural onde se valorizam as fortes ligações históricas ao Marquês de Pombal, o responsável político da criação da RDD, em 1756. Por último, não podemos ignorar o Parque Arqueológico do Vale do Côa, também classificado pela UNESCO, e o Parque Natural do Douro Internacional, com as suas arribas e promontórios, onde se tenta preservar uma fauna e uma flora específicas.

Por outro lado, se a conjuntura paisagístico-cultural é extremamente atrativa, acresce que, sobretudo o Baixo Corgo é favorecido por boas acessibilidades extrarregionais, sobremaneira após a abertura da A4 e da A24. Esta subregião é ainda atravessada longitudinalmente pela linha ferroviária do Douro, que se prolonga até ao Pocinho (Douro Superior), possuindo de igual modo diversos cais nas margens do Rio Douro, cenário que se repete até à fronteira com Espanha, através dos quais se rececionam milhares de turistas que demandam o património duriense.

Este quadro apelativo ainda dilatou as suas virtualidades após a classificação parcial da paisagem duriense pela UNESCO, induzindo, inclusivamente, à aposta estratégica na RDD, considerada como *pólo turístico prioritário* de acordo com o “Plano Estratégico do Turismo”, perspetivando-se então transformar o “*Douro num pólo turístico de projecção internacional, fazendo do sector do turismo uma alavanca para o desenvolvimento económico-social da região*” (MEI, 2008, 84).

Apesar das potencialidades, são notórias as debilidades, designadamente as que incidem no setor vitivinícola, aquele que sustenta a economia local, ou, para citar mais um, o declínio demográfico e o envelhecimento da população autótone, dados os reflexos de tal cenário (Pina, 2009b). Acresce ainda a fragilidade dos acessos internos, que, apesar de mal conservados, constituem um repositório de histórias, pois incluem troços dos Caminhos de Santiago ou de vias romanas, ou ainda de estradas pombalinas. É uma viagem no tempo e no espaço que se proporciona, ficando patente a diversidade cultural, morfológica e paisagística da região.

Uma outra carência deteta-se a nível do alojamento. Na realidade, tradicionalmente, a subsistência das freguesias durienses de índole rural, apoiava-se na vitivinicultura, associada apenas a um setor

comercial básico do ramo alimentar e à função residencial. Após as décadas de cinquenta e sessenta do século passado, quando se intensificaram os fluxos demográficos rumo ao espaço europeu e às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, se, por um lado, diminuiu a pressão demográfica que incidia nestes espaços, por outro lado, só nos anos oitenta este cenário se começou a alterar. Com efeito, só a necessidade de alojar os turistas nacionais e estrangeiros induziu a alterações, no que foram incentivados pela melhoria do nível de vida da população em geral, mas também pela urgência em dilatar os rendimentos dos autóctones. Assim se implementou a multifuncionalidade das explorações agrícolas, sucedendo-se as adesões ao Turismo em Espaço Rural (TER). Complementarmente, introduziram-se inovações, apostas mais exigentes de âmbito turístico, ultrapassando-se, desta forma, a falta de alojamento de qualidade na região. Nestas circunstâncias, potenciaram-se algumas das especificidades distintivas da região, nomeadamente as paisagísticas e as enológicas, conducentes à sua efetiva internacionalização (Bédard, 2008).

Por seu turno, na sequência dos fluxos demográficos já referenciados, instalou-se um indiscutível declínio populacional, particularmente visível desde a década de sessenta do século XX, proporcionando que, em 2011 (Censos 2011, INE), a população residente que persistia na região se aproximasse perigosamente de 60% a 30% da registada em meados do século XX, quando, na generalidade dos casos, se atingiu o máximo populacional no Douro. Neste contexto, no início do terceiro milénio, a população agrícola encontra-se envelhecida sendo frequentes valores superiores a 50% de autóctones que já ultrapassaram os 65 anos de idade, enquanto os jovens exercem, prioritariamente, atividades terciárias nos núcleos urbanos envolventes, se bem que residindo nos meios rurais e auxiliando em regime pós-laboral os seus familiares na execução dos trabalhos agrícolas (Pina, 2007). Todavia, uma elevada percentagem dos durienses abandonou a região.

Se o declínio demográfico e o envelhecimento populacional são factos indesmentíveis é, contudo, a vitivinicultura que sustenta o tecido económico regional. E, neste âmbito, as problemáticas também se sucedem, embora sobressaindo as fundiárias, sobretudo no Baixo Corgo, onde dominam as pequenas explorações de estrutura familiar. Recorde-se que, embora a dimensão média das explorações agrícolas fosse, em 1989, inferior a 3 hectares, dispersos entre 2 a 5 blocos, com acessos centenários muito estreitos, nas últimas três décadas, embora a dimensão média das explorações agrícolas tenha crescido (transitou para 4,8 ha em 2009), o número total de explorações diminuiu. Todavia, o abandono ainda não é notório, visto que a diminuição do número de explorações reflete sobretudo a aquisição por parte dos residentes, proprietários com explorações contíguas, dos bens que a nova geração radicada nos grandes núcleos urbanos do litoral, dispensa.

Se reunirmos a cedência dos vinhedos por comodato e os ocasionais arrendamentos, constatamos que só assim prossegue a preservação da paisagem, do património regional. Resta acrescentar que também a expansão de tipo urbano, visível sobremaneira nas envolvências dos principais núcleos urbanos, fundamenta a diminuição do número de explorações agrícolas. Todavia, é necessário realçar, não há abandono dos vinhedos, exceto nos lugares implantados a maiores altitudes e na sequência da sobreprodução vitícola que vigora na região.

Contrastando com estas minúsculas explorações familiares, surgem, porém, prédios de maior dimensão, as “quintas”, propriedades que incluem uma residência da família e anexos vitícolas, para além de uma área de vinhedos que se espalha entre 15 e 700 hectares. Mas, no Baixo Corgo, estas quintas são em número limitado e raramente ultrapassam os 100 hectares (Pina, 2005).

Dadas as debilidades detetadas na conjuntura duriense, havia que implementar dinâmicas de desenvolvimento que incluíssem uma forte aposta na modernização/reestruturação dos vinhedos, para além da formação do quadro humano, tendo em vista um desenvolvimento não delapidador do quadro regional. Por outro lado, dado o perfil técnico-cultural dos viticultores, havia que instituir uma forma de associativismo que proporcionasse a manutenção de um rendimento mínimo, única forma de assegurar a permanência dos autóctones e do património duriense. Todavia, a grande aposta foi, efetivamente, o TER, de diferentes tipologias, mas também, e desde o início do terceiro milénio, unidades turísticas de elevada qualidade, que, apoiadas na promoção e num marketing territorial bem alicerçado (Osório et al, 2008), recebem visitantes de elevado nível económico. Neste contexto, quais as características destas unidades, independentemente da sua tipologia? Quais os impactes destes investimentos e da crise económica, iniciada em 2008? Que estratégias adotaram para sobreviverem e se valorizarem?

3- O impacto do turismo rural na RDD

3.1- O Turismo em Espaço Rural (TER): alguns apontamentos

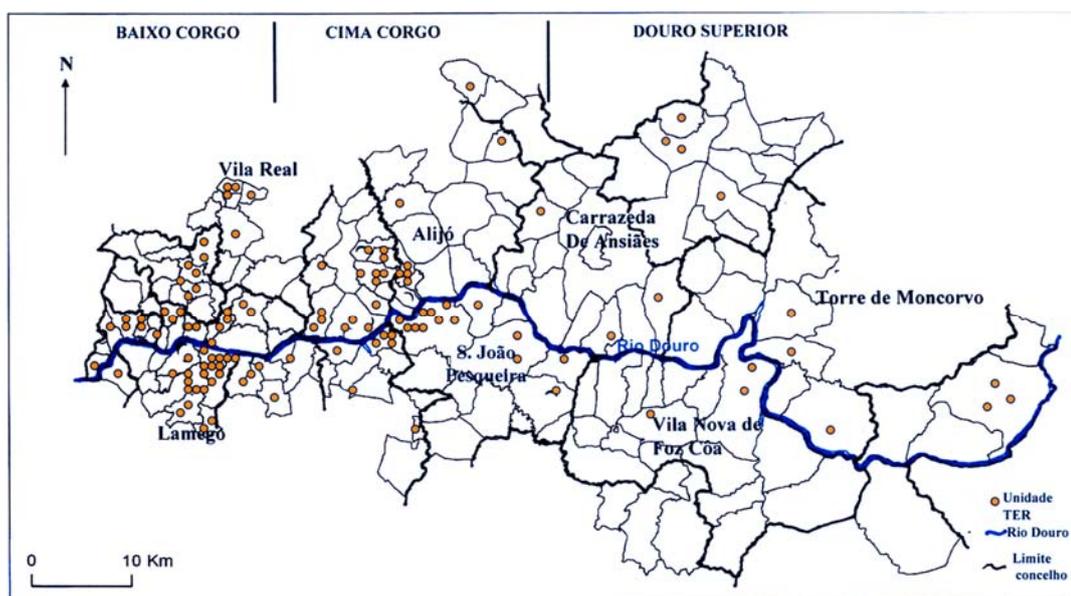
3.1.1- O despertar do TER nas quintas de média e grande dimensão

Entre as estratégias adoptadas tendentes a assegurar uma maior rentabilidade deste espaço, há que realçar efetivamente o TER, se bem que, após 2001, adicionando-lhe o turismo de “charme” e o de luxo. Com efeito, dadas as potencialidades da região duriense, quadro que foi reconhecido pela Organização Mundial do Turismo e pela “Agenda Regional do Turismo”, o setor turístico surge como um dos dinamizadores fulcrais da economia regional (Fazenda et al, 2008), sucedendo-se as adesões ao turismo, particularmente ao TER, por parte das médias e grandes propriedades vitícolas.

Atividade que despontou na região duriense no início dos anos oitenta (Pina, 2017), o TER registou um acentuado incremento na década seguinte, mas, sobretudo, após a classificação deste espaço pela UNESCO. Acresce que, paulatinamente, se registou uma progressiva dispersão territorial das unidades aderentes, se bem que sempre com a ascendência do Baixo Corgo, e, secundariamente, pelo Cima Corgo, como é visível em 2017 (Fig.3). Assim se multiplicam as quintas multifuncionais, incluindo sempre nas suas estratégias o turismo (Pina, 2010a, 2015, 2017).

Estas quintas que, por tradição, até ao início dos anos oitenta apenas desenvolviam trabalhos adstritos aos vinhedos e à produção dos vinhos, com a divulgação dos apoios comunitários, associados à necessidade de dilatar os rendimentos e de ultrapassar a progressiva carência de assalariados, começaram por reestruturar os vinhedos e só no final do século XX, ou no início do terceiro milénio, incrementaram a vertente turística. Assim sucedeu com a “Quinta dos Varais”, situada em Lamego (Baixo Corgo), com um

longo historial associado ao Convento de Salzedas. Todavia, desde 1773 faz parte do património da família Azeredo. Envolvida por 13 ha de vinhedos, reestruturados e mecanizados, comercializam também vinhos e azeite com a designação da quinta e, desde 1984, o turismo, neste caso o Turismo de Habitação. Possui 4 quartos. Acresce que, desde 2013 adaptou a antiga casa do caseiro para o Agroturismo, criando um edifício com 3 quartos, onde o xisto e o enquadramento paisagísticos são omnipresentes. Para a execução de todos os trabalhos, necessita apenas de 2 mulheres permanentes, quadro que aumenta quando recebe grupos.



Fonte: Turismo de Portugal, I.P., Rota do Vinho do Porto, ADETURN

Figura 3 - O impacte do Turismo em Espaço Rural na Região Demarcada do Douro em 2010.



Fotos 4 e 5 – Quinta dos Varais e Quinta da Casa da Azenha (Fotos da autora, 2016)

Outro caso é a “Quinta da Azenha” (Azevedo, s/d: 306). Implantada numa propriedade de 13 hectares, detentora de uma casa solarenga cujas origens remontam ao século XVII, possui 9 quartos, tendo iniciado a atividade turística em 2004 (Turismo de Habitação). Necessita apenas de 2 assalariadas permanentes. Um terceiro caso entre os selecionados corresponde à “Quinta de Tourais”, propriedade com 7 hectares de vinhedos, que aposta no enoturismo, mas também nas compotas, na gastronomia e na produção de vinho com rotulagem personalizada.



Fotos 6 e 7 – Quinta da Casa Amarela e Quinta de Tourais (Fonte: Arquivos das quintas, 2016):

Acrescentando mais um exemplo, reportemo-nos à “Quinta da Casa Amarela”. Apesar de ter sido instituída em 1885, só a partir de 1994 conjugou a produção de vinhos com a designação da quinta, obtidos nos seus 17 ha, com o engarrafamento e a comercialização do vinho generoso e outros DOC Douro. Proporciona aos visitantes uma multiplicidade de eventos de âmbito cultural, económico e lúdico, dos quais sobressaem almoços/jantares temáticos, provas de vinhos comentadas ou a confeção de “Cabazes de sabores do Douro”. Para tal, recorre apenas a uma assalariada permanente e, quando necessário, a eventuais.

Todos os exemplos analisados correspondem a médias explorações, mas nos investimentos no TER há também que destacar quintas de maior dimensão. É o caso da “Quinta da Pacheca”, uma das primeiras explorações durienses a engarrafar vinho com a designação do nome da quinta, produzido nos seus 50 ha de vinhedos mecanizados. A aposta no turismo tem já uma década, mas é de tal forma valorizada, que, para além da quinta se ter integrado na “Rota do Vinho do Porto” (extinta em 2014), os seus proprietários colaboravam com empresas turísticas de implantação nacional e criaram o “Hotel Rural Quinta da Pacheca”, que iniciou funções em 2009. Disponibilizava 14 quartos e apresentava um quadro laboral de 20 funcionários, jovens e com formação.

Avancemos, contudo, para o Cima Corgo (concelho de Sabrosa) e posicionemo-nos na “Casa da Calçada”. Habitação de arquitetura erudita dos finais do século XVII, pertença da família Cunha Pimentel,

possui uma exploração de 22 ha, dos quais 7 ocupados pelos vinhedos. Depois de reverter toda a vinha, produzindo diversos tipos de vinho, aderiram ao turismo (agroturismo e enoturismo) em 2011, disponibilizando 8 quartos. Casa integrada numa das Aldeias Vinhateiras do Douro, recorreu a subsídios comunitários para a recuperação/adaptação do edifício e anexos, mas dando uma ênfase enorme às questões ambientais, utilizando adubos certificados biodegradáveis, reutilizando os subprodutos como as vides (aquecimento e fumeiro), para além de manterem uma horta biológica e recorrerem apenas a aquíferos próprios para todos os trabalhos agrícolas e piscina. Possuem também painéis solares e duas bombas associadas à recuperação de calor, tendo em mente uma maior eficácia energética. Resta acrescentar que o mentor do projeto turístico tinha, à data, menos de 45 anos de idade e que, para a execução dos trabalhos, necessitava apenas de 1 ou 2 assalariadas permanentes.



Fotos 8 e 9 – Quintas da Casa da Calçada e Quinta da Pacheca (Fonte: Arquivos das Quintas, 2016)

Por seu lado, outro dos casos selecionados foi o da Quinta da Aversada (Cima Corgo, concelho de Alijó). Situada a cerca de 400 metros de altitude, já em morfologia planáltica, os seus proprietários são indissociáveis da Adega Cooperativa de Favaio, pois, para além de sócios fundadores, correspondem a uma das famílias que produzem o afamado vinho “Moscatel de Favaio”. Privilegiando sempre a produção e comercialização dos vinhos, foi com um membro da nova geração, então com menos de 30 anos, em 2008, (ano em que a estrada de acesso foi alcatroada), que o projeto turístico abriu as portas. Todavia, instalava-se a crise. Como o capital investido tinha sido exclusivamente privado e muito vultoso, seguiram-se anos difíceis, sobretudo enquanto apostaram apenas no turismo nacional. A situação só se alteraria em 2013.

Eis alguns dos exemplos selecionados. Na generalidade, estas unidades TER inserem-se em propriedades de média ou grande dimensão e atuavam sob coordenação familiar, oferecendo aos hóspedes a possibilidade de conhecerem a quinta, a vitivinicultura, a região e o património sedado nos principais núcleos urbanos próximos. Através de protocolos firmados com empresas regionais, proporcionavam ainda a participação em cruzeiros no Rio Douro, viagens no comboio histórico e até a prática de desportos náuticos.

Apesar do seu impacto em termos económicos, a capacidade de alojamento destas unidades era reduzida, para além de a ocupação ser sazonal. No entanto, esta atividade não pode ser negligenciada, visto que, para além de períodos festivos como a Páscoa ou a época natalícia e a sua ocupação se concentrar entre Maio e Outubro, e, com maior incidência ainda, entre Agosto e Setembro, o que não é suficiente para a criação e manutenção de dinâmicas endógenas sustentáveis, não obstante proporcionavam uma outra fonte de rendimentos. Por outro lado, embora o seu impacto em termos de assalariados tenha de ser realçado, ainda assim aqui radica outra das fragilidades destas iniciativas empresariais, já que o seu grau de empregabilidade é limitado, sendo preferencialmente sazonal. Os assalariados permanentes, quando existiam, limitavam-se a 1 ou 2, sendo, na generalidade, do sexo feminino, possuindo 30 a 50 anos de idade e a escolaridade e formação básicas. Situação distinta, detetámos nas quintas de maiores dimensões, que apostaram mais cedo na internacionalização e em quadros laborais mais extensos, jovens e com formação.

Em síntese, embora as unidades TER implantadas na região dinamizassem a exploração agrícola em que se inseriam e facilitassem a divulgação da paisagem, do historial, da gastronomia e das tradições locais e regionais, o seu impacto era limitado e complementar da vitivinicultura.

3.1.2- O quadro atual das unidades familiares

Entretanto, instalou-se uma crise económica profunda e a questão que se coloca é a seguinte: como ultrapassaram estas unidades este período tão difícil? Como sobreviveu a região, sobretudo o seu setor turístico, a elevadas taxas de juro e à redução de turistas? As respostas são múltiplas e diferenciadas, refletindo sobretudo o grau de descapitalização das unidades em estudo, mas, sobretudo, o perfil do seu responsável, ou da equipa que o apoia.

Em relação às explorações agrícolas com TER, algumas, sobretudo as de menor dimensão e com piores acessibilidades, ou ainda as coordenadas por proprietários já com avançada idade, redirecionaram as suas energias para os vinhos e a sua comercialização, ou, em casos extremos, alienaram os seus bens. De facto, a situação era muito problemática, dado que também se registou um abrandamento do volume de vinho do Porto exportado, o que se repercutiu no preço por pipa atribuído ao produtor. Nestas circunstâncias, a expansão dos vinhedos foi interrompida, enquanto abrandou drasticamente a reestruturação das vinhas, em especial as subsidiadas.

Entretanto, algumas encerraram, temporária ou definitivamente. No entanto, a maioria, conseguiu subsistir, aplicando diversas estratégias, sobretudo quando os mentores dos projetos são mais jovens e possuem formação superior. A título de exemplo, na Quinta dos Varais, para além de se diversificarem as atividades, nomeadamente com a participação em vindimas e lagaradas, ou em itinerários temáticos na região, organizando pequenas feiras de vinhos com a colaboração de adegas privadas e cooperativas, ou ainda de artesãos; estabeleceu também protocolos com unidades hoteleiras para visitas à casa, adega, armazéns e vinhedos. Todavia, o aspeto mais relevante, foi a adesão a plataformas internacionais de reserva como a *Booking.com*, o que proporcionou uma “explosão” de turistas de múltiplas nacionalidades e

minimizou, inclusivamente, a tradicional sazonalidade turística do Douro. Esta estratégia também foi seguida por uma larga maioria das unidades TER.

Noutras situações, por vezes após a transferência da propriedade por alienação, como foi o caso da Quinta da Pacheca, os novos responsáveis apostaram nitidamente na internacionalização, aderindo às citadas plataformas, para além de acolherem eventos técnicos, mas sobretudo sociais, designadamente casamentos de brasileiros e norte americanos. Estes permanecem durante períodos mínimos de uma semana, acolhendo a quinta os noivos e os respetivos familiares e amigos, que ocupam todo o empreendimento e outras unidades TER próximas, como é o caso da Quinta de Tourais e outras, para além das unidades hoteleiras. Nestes casos, estas quintas ultrapassaram o período crítico quase incólumes, ou expandiram mesmo as suas atividades a todo o ano. No caso da Quinta da Pacheca, dilataram o seu quadro laboral para 30 pessoas.

Outro caso a destacar é o da Quinta da Avessada, cuja atividade turística é coordenada por um jovem com formação superior que, desde que iniciou o seu projeto em 2008, início da crise, se inicialmente previa direcionar-se para o mercado interno, perante o acumular de prejuízos, alterou por completo os seus objetivos e prioridades. Estávamos em 2013. Este membro da nova geração, resolveu participar em feiras internacionais, apostando na internacionalização do seu projeto. Assim estabeleceu protocolos com empresas turísticas portuguesas, nomeadamente o “Douro Azul”, mas, sobretudo, com grandes cadeias turísticas internacionais. Para tal, começou por receber grupos exploratórios e, após aprovação, sobretudo de uma grande cadeia norte americana, representante de um dos maiores operadores turísticos dos Estados Unidos, tem sempre a lotação esgotada, recebendo anualmente cerca de 50000 turistas, 90% dos quais estrangeiros.



https://www.google.pt/search?q=quinta+da+avessada,+favaios&rlz=1C1GGRV_enPT751PT751&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=sCGPeC_8HxkOvM%253A%252CqO2glddgTa2TAM%252C_&usg=__fPIQWVVNkd7X-l6rbZM2NYITS7g%3D&sa=X&ved=0ahUKEwikqo-8q5fbAhVBbxQKHZi7CgEQ9QEIVzAD#imgrc=86JoJYxOVTtD8M

Fotos 10 e 11 - Algumas imagens da Quinta da Avessada.

Assim ultrapassou a crise, já que enquanto foram sobretudo os portugueses os seus clientes (classe média e alta), estes cancelavam com facilidade as reservas e as vendas eram muito reduzidas. Com a internacionalização tudo se alterou.

Para a execução de todos os serviços, possui um quadro laboral de 30 pessoas, residentes nas proximidades ou “transplantados” de Vila Real ou de outras cidades, inclusive, adquiriu diversas casas abandonadas em Favaios, que reconstruiu e arrenda, ou aliena, aos seus colaboradores. Assim se reverte o despovoamento e se desenvolve uma área antes em declínio. Criou também uma enoteca e um museu, para além de ter animadores musicais naturais de Favaios. Foi, pois, o dinamismo de um jovem e a aposta na internacionalização que, de facto, proporcionou a sobrevivência e um grande dinamismo em Favaios. Obviamente que tudo isto está sustentado numa paisagem idílica e em vinhos de excecional qualidade.

3.2- O impacte do turismo de luxo, de “charme”

3.2.1 – O impulso da patrimonialização no início do terceiro milénio

Adicionadas às anteriores iniciativas e após a classificação patrimonial pela UNESCO das paisagens durienses, despontaram outros projetos de carácter privado, muito ambiciosos e que implicaram grandes investimentos. Referimo-nos a iniciativas na área do turismo de elevada qualidade, como foi “Douro River Hotel”, a que se associou outra unidade inscrita no turismo de luxo, “Aquapura Douro Valley”, ambos implantados no Baixo Corgo. A estes reunia-se o “Vintage House”, localizado no Cima Corgo (Pinhão)

Inicie-se esta abordagem pelo “Douro River Hotel”. Unidade hoteleira de quatro estrelas, correspondeu a um avultado investimento de um cidadão duriense, há décadas radicado entre a área metropolitana de Lisboa e o Algarve, mas que pretendia regressar às origens. Num percurso de reaproximação à RDD, foi adquirindo habitações degradadas, fronteiriças à cidade do Peso da Régua, tendo como objetivo a construção de uma residência secundária. Todavia, após as potencialidades que a classificação da UNESCO facultava, adquiriu mais quatro edifícios contíguos, construindo o hotel que ficou concluído em 2009 (Foto 12). Com 38 quartos, *design* inovador e serviços de elevada qualidade, onde se destaca um *Spa*, o “Douro River Hotel” era, desde então, membro de “Style Hotels – Trendy and Elegant Hotels”, o que lhe facilitou a sua internacionalização. Todavia, circunstâncias várias conduziram ao seu encerramento em 2012.

Outro exemplo selecionado, o “Vintage House Hotel”, iniciou funções ainda em 1998, sob a égide de uma das maiores companhias exportadoras de Vinho do Porto que sentiam dificuldades em instalar os seus hóspedes quando se dirigiam à Região. Assim, o grupo Taylor’s, recuperou e transformou um antigo armazém abandonado, apesar de se encontrar na margem do rio Douro, no Pinhão. Deste modo, surgiu um hotel de 5 estrelas, com 50 quartos. Posteriormente, por questões estratégicas, alienaram este património a um grupo nacional. Para o desenrolar dos trabalhos possuíam um quadro laboral de cerca de 50 colaboradores, todos da região, ou de núcleos urbanos próximos, mas jovens e com formação, obtida na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Entretanto, instala-se a crise.



Foto 12 - Douro River Hotel, 2010 (Foto da autora, 2010)

Por seu lado, o “Aquapura Douro Valley”, um hotel de cinco estrelas localizado a cerca de três quilómetros de distância do primeiro, conjugou, para a sua implantação, um enquadramento paisagístico privilegiado, já que se integra entre vinhedos e o Rio Douro (Foto 13), num solar do século XIX. Iniciou as suas atividades em 2007. Correspondendo ao mais importante investimento turístico concretizado no vale do Douro, resultou de um novo conceito de hotelaria de luxo, que privilegia unidades de pequena dimensão (até 50 quartos), inseridas em cenários como é a RDD, para além da proximidade de núcleos urbanos detentores de um soberbo património.

Tendo como foco centralizador a água e o vinho, o elemento catalizador do hotel era um grande *Spa* de 2200 m² onde se oferecia uma diversidade de tratamentos. Apostaram na conjugação da autenticidade com a sofisticação e envoltas num *design de assinatura* e numa decoração em cuja paleta cromática sobressaiam os tons do xisto, dos solos e do vinho. Esta unidade hoteleira era membro de “Small Luxury Hotels”.

Eis quatro iniciativas empresariais que potencializaram um espaço como a RDD, inovadores e bem integrados em termos paisagísticos, e que proporcionaram a criação de 200 postos de trabalho, qualificados e jovens (22 no “Douro River Hotel”, enquanto no “Aquapura Douro Valley” eram 85, valor de facto significativo no quadro territorial em que se insere). Por sua vez, o “Vintage House” tinha cerca de 50. Acresce que a maioria era natural dos concelhos onde se inseriam os empreendimentos, ou dos envolventes, se bem que com o destaque de Lamego onde existe um Instituto Politécnico, mas sobretudo Vila Real onde se implantou a UTAD. Todavia, quanto maior fosse a dimensão do hotel, maior era a dispersão territorial dos trabalhadores, provindo em maior percentagem das áreas metropolitanas de Porto e Lisboa, sobretudo os que exerciam atividades mais especializadas. Por último, refira-se que nas unidades de maior notoriedade

cerca de 10 a 25% eram estrangeiros, exercendo funções muito específicas ou cargos diretivos (Fonte: entrevistas aos responsáveis pelas unidades turísticas em análise, 2010).



Foto 13 – Aquapura Douro Valley (atual Six Senses), instalado num Solar do século XIX (junho, 2010)..

Deste modo, não só se criaram condições para a permanência de mão de obra jovem e qualificada na região, como se atraíram outros que aqui criaram raízes familiares, residindo, na generalidade, nos principais núcleos urbanos regionais. Por último, refira-se que, independentemente do hotel em análise, as funções menos exigentes eram exercidas pelos autóctones, correspondendo a trabalhadores de mais idade. Já no que se referia aos serviços de gestão, administração e direção, se no “Douro River Hotel” a gestão era familiar, em “Aquapura Douro Valley” e no “Vintage House” aos quadros portugueses associavam-se os estrangeiros com formação superior.

Estávamos, de facto, diante de investimentos que induziram não só à permanência de quadros endógenos, mas também à mobilidade de ativos jovens e com formação para a região. O impacte social destas iniciativas turísticas foi, pois, significativo, num meio onde o declínio demográfico era indisfarçável.

Apesar de estes investimentos hoteleiros serem insuficientes para despoletar e manter dinâmicas de desenvolvimento significativas, não obstante preservou-se o património existente e criaram-se postos de trabalho. Acresce que, para além do Spa, os hotéis possibilitavam a degustação de vinhos e gastronomia regionais, visitas a quintas com as quais tinham convénios, passeios no comboio turístico e viagens fluviais, o que favorecia o conhecimento da região, do seu historial distintivo. Outra aposta estratégica destas unidades foi o acolhimento de eventos científicos, técnicos, ou artísticos, facto que possibilitou a receção de diferentes tipologias de hóspedes, nomeadamente membros de associações técnicas setoriais (médicos, engenheiros, advogados, etc.), minimizando a sazonalidade dos fluxos. Neste contexto, todos os empreendimentos possuíam várias salas para a realização de reuniões de trabalho.

Na sequência de estratégias implementadas nesse sentido, era também indiscutível uma ascendência crescente de estadias de estrangeiros, sobretudo espanhóis, franceses, belgas, norte americanos e brasileiros.

3.2.2- A crise e as suas consequências

Todavia, a crise económica instalou-se, afectando muito estes estabelecimentos, sucedendo-se as falências e o correspondente encerramento. Alguns mantiveram-se fechados durante anos, quadro que, aliás, ainda vigora em alguns. Todavia, outros, particularmente os mais recentes e melhor posicionados em termos paisagísticos, com boas acessibilidades e grau de sofisticação, conseguiram reabilitar-se, se bem que integrando-se em grupos económicos com interesses na área hoteleira. Nestas circunstâncias uns foram adquiridos por grupos nacionais enquanto outros, os que implicavam investimentos mais vultuosos, em grandes cadeias internacionais. Neste contexto, enquanto o “Vintage House”, desvalorizado com a crise, perante a hipótese de encerramento, lançando no desemprego 30 funcionários, o Grupo Taylor’s adquiriu o hotel, revitalizando-o e mantendo a designação (Foto 14), possuindo neste momento um quadro de 50 colaboradores jovens e com formação. Classificado como 5 estrelas, possui uma clientela essencialmente estrangeira, de elevado poder económico.



Fonte: <http://www.vintagehousehotel.com/pt/o-hotel/>
Foto 14- O “Vintage House Hotel”, nas margens do rio Douro, em 2017.

Por seu lado, o Hotel Douro River, depois de falido, permaneceu encerrado durante cerca de 3 anos, quando o grupo nacional “Vila Galé Collection” adquiriu esta unidade hoteleira (Foto 15). Estávamos em maio de 2014. Grupo português onde se destaca “Vila Galé, Sociedade de Empreendimentos Turísticos S.A.”, constituída em 1986 e possuindo na atualidade gere 28 unidades, 21 das quais em Portugal, promove uma

grande mobilidade entre os diferentes destinos, para além de oferecer múltiplas atividades diferenciadas, incluindo Spa. Com um posicionamento paisagístico fenomenal e implantada entre dois núcleos urbanos plenos de património, para além de ótimas acessibilidades, continua com 38 apartamentos e realça o Spa. Acrescente-se que, entre os diversos eventos que concretiza, embora dominem os sociais, sobretudo nos fins de semana, realizando-se outros ao longo do ano, técnicos, por exemplo, pois possui também instalações para a concretização de eventos científicos e técnicos. Tem 20 funcionários, jovens e com formação, que acolhe uma elevada afluência de turistas, sobretudo estrangeiros.



Fonte: <https://www.vilagale.com/br/hoteis/porto-e-norte/vila-gale-collection-douro>
Foto 15- Hotel Vila Galé Douro (março de 2017).

Por seu turno, o hotel “Aquapura Douro Valley”, dadas as suas potencialidades e qualidade de excelência, foi adquirido pela cadeia internacional de luxo “Six Senses Hotels Resorts and Spa”, transformando-se numa das referências de qualidade do Douro e em Portugal. Permanece na categoria de hotel de pequena dimensão, intimista, mantendo 50 quartos e 7 villas que existiam anteriormente, mas apostando num estrato social muito de grande poder económico aos quais presta serviços de elevadíssima qualidade, distintivos. Para tal possui um quadro laboral de 160 pessoas, jovens e altamente especializados.

Para além de se integrar harmoniosamente na paisagem, possui entre as suas atividades a interação com os autóctones, a sua cultura e história, mas também eventos, sobretudo casamentos (ingleses, brasileiros e americanos). Disponibiliza ainda outras atividades como *Tree Climbing* (trepar a um eucalipto antigo, com apoio) , *Tile Painting* – pintura em cerâmica, sobretudo azulejos, *Alchemy Bar* - workshops onde os clientes aprendem a fazer produtos de beleza com base em produtos naturais, ou ainda *Walk to Port Knox* - uma caminhada que termina no armazém da Quinta do Mourão com prova de vinhos do Porto envelhecidos, alguns dos quais com décadas, retirados no momento das pipas.

Assim se divulga uma região, um património excepcional, e se despoletam dinâmicas que potenciam a preservação e a revitalização deste espaço. Há, contudo, que incrementar esta actividade mas dentro de parâmetros sustentáveis e numa conjugação com actividades e serviços de qualidade que os apoiem, que complementem o quadro paisagístico e a vitivinicultura.

4- Conclusão

Espaço privilegiado, de renome mundial, a RDD corresponde a um território idílico onde se sucedem os socacos que ascendem nas vertentes declivosas do rio Douro e principais afluentes. Tal cenário proporcionou a classificação destas paisagens como Património da Humanidade, pela UNESCO, em Dezembro de 2001.

Apesar das suas potencialidades, a região enfrenta múltiplos problemas, dos quais se realçam a estagnação económica decorrente da degradação do setor vitivinícola, onde pontua uma deficiente estrutura fundiária e o débil perfil do agricultor. Acresce um acentuado declínio demográfico, indissociável de um progressivo envelhecimento dos autóctones a que se juntam as deficientes acessibilidades, entre outros. Para a sua mitigação surgem algumas estratégias, entre as quais a multifuncionalidade das explorações agrícolas, sobretudo as de média e grande dimensão. Estas começaram por renovar os vinhedos, mecanizando-os, enquanto adicionavam à produção vitícola a comercialização dos vinhos e o acolhimento de turistas no seio familiar. Desta forma se expandiu o TER, incidindo a sua ação sobretudo entre Maio e Setembro, se bem que mais incisivo no período das vindimas. Para além do TER, surgiram também unidades hoteleiras mais sofisticadas, empreendimentos de pequena dimensão mas de elevada qualidade, que dispensavam aos seus hóspedes um serviço excelente, para além do conhecimento e da divulgação de um património distintivo. No seu conjunto, quer o TER, quer estas unidades hoteleiras, mas numa perspetiva indissociável da vitivinicultura, auxiliavam na sustentabilidade regional, favorecendo a permanência de uma população jovem e com elevada formação, para além de cativarem um quadro dinâmico para o espaço duriense, como se constatou através dos exemplos aqui apresentados.

Este período, contudo, foi interrompido, ou fortemente abalado, quando se instalou a crise mundial iniciada em 2008. As suas repercussões foram sensíveis, com a interrupção das expansões vitícolas, o adiar da reestruturação dos vinhedos, o aumento acelerado das taxas de empréstimos bancários contraídos na refuncionalização do edificado, ou ainda com o desemprego a instalar-se dada a minimização dos trabalhos nos vinhedos ou na manutenção / recuperação do património. Assim encerraram, temporária ou definitivamente, unidades hoteleiras instaladas nos espaços rurais, apesar do seu incrível enquadramento paisagístico, e se repensou o posicionamento estratégico dos vinhedos, revalorizado-os, dado o decréscimo de turistas. Não obstante, a opção pela multifuncionalidade das explorações agrícolas continuou e a região sobreviveu e com novo dinamismo! Mas, para tal, que estratégias foram adotadas?

Para responder a esta questão conjugamos metodologias várias, se bem que ressaltando indiscutivelmente o trabalho de campo, privilegiando as unidades vitícolas de média e grande dimensão que tinham apostado na vertente turística, conjugando a produção e comercialização dos vinhos, com a produção de azeite e o turismo. Neste contexto, selecionamos casos paradigmáticos para aquilatarmos os reais impactes da crise, tendo em mente as estratégias adotadas pelos responsáveis para a ultrapassagem do período mais crítico. Restringimos esta análise a unidades implantadas em espaços rurais vitícolas, os mais afetados, abrangendo as diversas tipologias turísticas (Turismo de Habitação, Enoturismo, Agroturismo, Hotelaria,...).

Os resultados são muito diferenciados de acordo com a tipologia da unidade em análise e a respetiva dimensão, ou a sua localização, mas, sobretudo, refletem o perfil do responsável e o seu grau de capitalização / internacionalização do investimento. Apesar da crise, assim se assegurou o aumento da competitividade regional e, simultaneamente, se incrementou a sustentabilidade destas paisagens e dos seus valores patrimoniais, privilegiando a preservação e revitalização holística das componentes distintivas conjugadas com a inovação

Bibliografia

- ADETURN, 2008, *Estudo conducente à Estratégia de Marketing e Definição da Identidade da Marca para o Turismo do PNP 2007/2015*, ADETURN, Porto
- Aguiar, F. Bianchi de, 2000, Candidatura do Alto Douro vinhateiro a património mundial, in *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*, APDR, Coimbra, pp. 83-90
- Andresen, T., 1999, O Alto Douro vinhateiro: uma paisagem evolutiva viva, in *Actas do Seminário Estratégias de valorização de uma paisagem cultural: o vale do Douro*, Porto
- Azevedo, Correia de, s/d, *O Douro maravilhoso*, edição do autor, Oliveira do Douro
- Bédard, F. et al, 2008, *Vale do Douro – Norte de Portugal. Relatório Executivo do Sistema de Medição da Excelência nos Destinos*, CCDR-N, Porto
- Caldas, J. V. 2009, *Observatório das dinâmicas regionais do norte de Portugal*, CCDRN, Porto
- CCDRN, 2006, *Plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro*, Missão do Douro, Porto
- CCDR-N, 2008, *Vale do Douro, Norte de Portugal: Relatório Executivo do Sistema de Medição da excelência dos Destinos*, CCDR-N / Estrutura de Missão do Douro, Porto
- Fazenda, N. et al, 2008, *Agenda Regional de Turismo. Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal*, CCDR-N, Porto
- MADRP, 2007a, *Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013*, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa
- MADRP, 2007b, *Plano Estratégico Nacional – desenvolvimento rural 2007-2013*, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Lisboa
- Magalhães, Ricardo (coord.), 2008, *O Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro 2005-2013*, CCDR

MEI, 2006, *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, Lisboa

Pina, H., 2010a, A diversidade de paisagens em meio rural: como potenciar este património tendo em vista o seu desenvolvimento e a coesão territorial?, in *“Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Norte de Portugal e Galiza”*, edição FLUP / Afrontamento, Porto, pp. 80-113

Pina, H., 2010b, As festas e romarias em meio rural, uma herança patrimonial a preservar – o Senhor da Aflição (Lamego), Actas *“II Jornadas Internacionais de turismo – dinâmicas de rede no turismo cultural e religioso”*, vol II, ISMAI, Maia, pp.155-188

Pina, H., 2010c, The importance of Complementarity in the Territorial Cohesion and Sustainability of Rural Areas: The case of Cambres, a Douro Winegrowing Area, and Magueija, a Mountainous Area, in *Revija Za Geografijo, Journal for Geography*, 5-2 (G10), Department of Geography, Faculty of Arts, University of Maribor (Slovenia), pp. 27-42

Pina, H., 2008, The multi-functionality of the Douro landscapes, a strategy for its sustainability, in Actas de *“XVI Annual Conference Commission on the Sustainability of Rural Systems”*, International Geographical Union, Universidad Zaragoza, Zaragoza, pp. 405-429

Pina, H., 2007, *O Alto Douro: um espaço contrastante em mutação*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa

Pina, H., 2005, Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitivinícolas durienses, in *Actas do 2º Encontro Internacional da História da Vinha e do Vinho do Porto no vale do Douro*, GEHVID, ano 10, vol III, Porto, pp. 203-236

Recenseamento Agrícola de 1989, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Recenseamento Agrícola de 1999, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Recenseamentos Gerais da População de 1950, 2001 e 2011, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

SPIDOURO, 2003, *Turismo no vale do Douro*, SPIDOURO, Vila Real